

O sistema educativo cabo-verdiano nas suas coordenadas socio-históricas

Alcides Fernandes da Moura*

Resumo:

Partindo do pressuposto de que a educação deve ser compreendida na sua relação dinâmica com a estrutura social, procuramos, neste artigo, analisar a evolução do sistema educativo cabo-verdiano em três momentos sócio-históricos diferentes: período colonial, período pós-independência e período da transição democrática. As conclusões apresentadas são resultado da pesquisa documental e bibliográfica e da análise dos dados estatísticos oficiais do Governo, do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatísticas. O trabalho foi realizado no âmbito da tese de doutoramento em Ciências da Educação, apresentada no departamento de Teoria da Educação, História da Educação e Pedagogia Social da Universidade de Santiago de Compostela, Espanha.

Palavras-chave:

Sistema educativo; Cabo Verde; História da Educação.

* Universidade de Santiago de Compostela - Espanha

The cape verde education system in social and historical coordinates

Alcides Fernandes da Moura

Abstract:

Assuming that education must be understood in its dynamic relationship with the social structure, this paper analyzes the evolution of the Cape Verde education system in three different socio-historical periods: colonial, post-independence and democratic transition period. The conclusions presented are the results of do cumetary and bibliographic research and the analysis of official government statistics of the Ministry of Education and the National Institute of Statistics, as a part of the PhD thesis in Educational Sciences, presented at the Department of Theory and History of Education and Social Pedagogy at the University of Santiago de Compostela, Spain.

Keywords:

Education system; Cape Verde; History of Education.

El sistema educativo caboverdiano en sus coordenadas socio históricas

Alcides Fernandes da Moura

Resumen:

Si se asume que la educación debe ser entendida en su relación dinámica con la estructura social, busquemos, en este artículo, analizar la evolución del sistema educativo de Cabo Verde en tres periodos socio históricos diferentes: colonial, post independencia y de la transición democrática. Las conclusiones que se presentan son los resultados de la investigación documental y bibliográfica y del análisis de los datos estadísticos oficiales del Gobierno, del Ministerio de la Educación y del Instituto Nacional de Estadística. El trabajo fue realizado en el ámbito de la tesis doctoral en Ciencias de la Educación, presentada en el Departamento de Teoría de la Educación, Historia de la Educación y Pedagogía Social de la Universidad de Santiago de Compostela, España.

Palabras clave:

Sistema educativo; Cabo Verde; Historia de la Educación.

Fundamentação teórica

A relação entre educação e sociedade ocupa um espaço privilegiado na análise sociológica e, particularmente, na sociologia da educação. Entre as diferentes abordagens do tema, interessa-nos a perspectiva de que a educação deve ser compreendida em sua relação dinâmica com a estrutura social.

Assim, a compreensão da educação, quer dizer, do sistema educativo, deve ter em conta um conjunto de variáveis sociais (dinâmicas) que influem em seu funcionamento e desenvolvimento (Vara Coomonte, 2004). Dessa perspectiva, todo o processo educativo estrutura-se e se desenvolve em uma determinada sociedade, em um sistema social, ou seja, em uma totalidade social na qual se relacionam aspectos econômicos, políticos, culturais, jurídicos, religiosos. A educação é, portanto, condicionada pela estrutura social, não podendo ser compreendida como um elemento independente.

Segundo Lerena (1986), a prática educativa é o meio pelo qual os grupos ou as classes sociais se conservam e se reproduzem. Dessa forma, o sistema educativo tem como função a imposição da cultura legítima dominante de uma determinada formação social. A cultura dominante, que pode ser a de um grupo ou uma classe, é a que legitima e “reproduz” a estrutura de relações entre os grupos e/ou classes. O autor defende que a análise de uma determinada prática educativa seja realizada com base em seu contexto social e, conseqüentemente, com base em outras esferas desse contexto.

Com isso, se evitaria o *voluntarismo* contido na ideia de que a educação pode solucionar todos os problemas da sociedade, independentemente da estrutura social de que faz parte, ou seja, das relações de dominação entre grupos ou classes. Segundo o autor, “a escuela no solo no tiene a virtud de hacer desaparecer dentro de su ámbito la desigualdad social, sino que su función es traducir esa desigualdad discutible a una desigualdad considerada indiscutible, la de la valía escolar” (Lerena, 1986, p. 286). Quer dizer, a escola transforma desigualdades sociais em desigualdades individuais porque legitima a ideia do *dom*, do *mérito* na explicação do sucesso ou insucesso escolar. Assim, a posição dos alunos em termos de resultados e atraso escolar é determinada pela classe social de origem, pois, “salvo excepciones, los malos alumnos,

así como los alumnos retrasados con relación a su curso, proceden de padres con ocupaciones manuales” (Lerena, 1986, p. 288).

Vara Coomonte (2004), corroborando a posição de Lerena, defende que a educação seja compreendida com base na ideia da *servidão institucional* da escola em relação à sociedade da qual faz parte.

O argumento da servidão institucional é fundamental para se compreender a relação entre a educação e a sociedade porque significa que é a sociedade que marca a dinâmica escolar. Neste sentido, não existe uma educação ideal nem uma escola ideal, mas, sim, uma escola e uma educação em um contexto determinado.

O sistema escolar, enquanto dinâmica educativa, desenvolve-se institucionalmente de acordo com a dinâmica do sistema social. Assim, para compreender um determinado sistema educativo é necessário considerar que seu contexto social é *histórico e historicamente condicionado*. A escola (o sistema educativo) deve “ser entendida como um sistema no conjunto dinâmico do sistema social, sendo nesta correspondência estrutural onde se contextualiza o sentido da sua servidão institucional” (Vara Coomonte, 1999, p. 50).

A educação no período colonial

Estado, missões religiosas e políticas educativas

Reiteramos, de início, que a educação deve ser compreendida em sua relação dinâmica com a estrutura social, quer dizer, em consonância com outros elementos que fazem parte da estrutura social. Assim, analisar a estrutura e o funcionamento do sistema educativo cabo-verdiano no período colonial pressupõe, à partida, compreender o contexto sociopolítico do colonialismo português e, particularmente, a conjuntura em que se desenvolveu a política educativa para as colônias, com destaque para os países africanos (Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique). Para isso, é fundamental compreender a relação e/ou cooperação entre o Estado, a Igreja católica e as missões religiosas no processo de dominação colonial.

Para Guimarães (2006, p. 10), no quadro das contradições que caracterizaram a sociedade colonizadora e a colonizada, a relação de dominação não seria garantida apenas pelo uso da força, mas também por outras formas de legitimação do poder. Nesse sentido, a religião (sobretudo a católica) e a educação desempenharam um papel importante

na integração e na subordinação da cultura “indígena” à cultura europeia. A Igreja e as missões religiosas tinham como objetivo apoiar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema colonial e o faziam por meio da educação e da imposição do modelo social e cultural da metrópole.

Nos primeiros séculos da colonização, de acordo com vários autores (Sousa Ferreira, 1977; Nóvoa, Depaepe, Johanningmeir & Arango, 1986; Ferreira & Zanene, 1996; Mateus, 1999; Neves, 2001; Santisteban, 2004), predominavam e conviviam dois sistemas de ensino: de um lado, o sistema religioso/missionário que funcionava nos meios rurais e era destinado à população mais pobre; de outro, o sistema oficial/formal predominante nos centros urbanos e destinado à elite econômica, política e social. Por isso, eles afirmam que o sistema educativo no período colonial foi altamente seletivo, elitista e tinha como missão a imposição e a transmissão do universo cultural colonial, bem como a assimilação, a reprodução e a perpetuação da sua estrutura social dominante. Também, cabia ao sistema educativo formar trabalhadores necessários para a exploração econômica dos recursos existentes.

Ferreira e Zanene (1996, p. 279), referindo-se à política educativa colonial, afirmam:

a política do ensino português assentava sobre dois eixos principais: a assimilação (para aculturar) e a cristianização. Essa política não podia favorecer uma plena promoção social da população autóctone, por ser excessivamente eurocêntrica e geradora de muitos abusos.

Na materialização dessa política, a Igreja desempenhou um papel fundamental. Segundo Neves (2001, p. 38):

Existia entre a igreja e o estado uma unidade e uma “cumplicidade” de séculos, pelo que a ação da Igreja transformava-se quase que numa dimensão cultural/educacional/religiosa, com vocação para ensinar as primeiras letras, ou ainda, fazendo uso da vertente doutrinal para mostrar o caminho que o “civilizado” devia seguir.

A relação e a “cumplicidade” entre o Estado e a Igreja na questão educacional foram simultâneas ao processo da colonização, mas tiveram mais força a partir do século XVI, quando “os missionários organizaram as

escolas/capelas para disseminar o ensino” (Ferreira & Zanene, 1996, p. 277).

Mais recentemente, em Portugal, com a fundação da Primeira República em 1910, a Igreja católica perdeu o poder político hegemônico que até então detinha. Na política de modernização da sociedade portuguesa, defendida e instituída pelo governo republicano, a separação entre o Estado e a Igreja, e, consequentemente, entre a Igreja e a escola, era considerada imprescindível para a modernização do país.

Apesar da perda do poder e da separação entre educação e religião na metrópole, o papel educativo nas colônias continuou a ser desempenhado pela Igreja Católica e pelas missões religiosas, não obstante a realização de algumas reformas a respeito disso.

Segundo Margarido (1971), nas colônias, era reconhecido à Igreja Católica um papel importante, poder-se-ia mesmo dizer imprescindível, enquanto agente de “civilização” das populações (cf. Guimarães, 2006).

Com o golpe de Estado de 1926, a Igreja voltou a recuperar o estatuto hegemônico que tinha, vendo reforçada sua influência espiritual e material na sociedade portuguesa. Segundo Guimarães (2006), a reconquista da posição da Igreja na estrutura social antes da República foi resultado de sua participação na derrubada da Primeira República.

O novo estatuto que a Igreja passou a ocupar na estrutura social nacional acabou tendo consequências nas colônias de uma forma geral e, particularmente, no nível educativo. Por meio da aprovação de várias leis, foi reforçado o papel “civilizador” das missões religiosas nas colônias, onde elas passaram a ter a exclusividade da educação.

Entre as muitas leis aprovadas no sentido de restaurar a influência hegemônica da Igreja católica no domínio da educação, destaca-se a publicação do Estatuto Orgânico das Missões Católicas Portuguesas em África e Timor em 1926 e o Ato Colonial em 1930 (Guimarães, 2006; Tolentino, 2007).

Nesse contexto, a missão religiosa passou a ser responsável pela “criação e direção de escolas destinadas a indígenas e a europeus, colégios masculinos e femininos, institutos de ensino elementar, secundário e profissional, seminários e hospitais” (Guimarães, 2006, p. 80).

A partir de 1960, em razão das transformações políticas, econômicas e sociais ocorridas no nível internacional e, particularmente, na sociedade

portuguesa após a Segunda Guerra Mundial, a política educativa colonial sofreria profundas alterações.

De acordo com Sousa Ferreira (1977, p. 24):

Face a opinião pública internacional, e também da pressão dos movimentos de libertação, Portugal introduziu mudanças na sua política colonial a partir do decênio de 1960, o que determinou ampla expansão educacional nos seus territórios da África.

Com a nova política educativa e a introdução da reforma no sistema de ensino, as missões religiosas, especialmente as católicas, perderam a influência que detinham no domínio da educação. A principal mudança, porém, ocorreu apenas no nível quantitativo do acesso ao ensino básico, pois a nova política educativa manteve inalterado o objetivo principal do sistema educativo colonial, que era incutir os valores portugueses e promover entre os alunos africanos uma identificação consciente com a colônia (Sousa Ferreira, 1977; Mateus, 1999).

Após 1960, ocorreram algumas mudanças nos manuais escolares. Ao contrário do que acontecia antes da reforma do ensino primário de 1964, foram introduzidos textos a respeito da realidade sociocultural africana, com destaque para ilustrações que simbolizavam a “harmoniosa” relação entre os africanos e os “brancos”. Contudo, as questões morais, religiosas e históricas continuaram a ser analisadas do ponto de vista da metrópole (Sousa Ferreira, 1977).

Outro aspecto importante é o da elevada desigualdade na distribuição dos estabelecimentos de ensino e no acesso à educação entre o meio rural e o meio urbano. A maioria das escolas estava localizada nos centros urbanos ou nas localidades habitadas pelos brancos. Para os africanos que viviam em outros lugares (sobretudo no meio rural) o acesso à educação era extremamente difícil, para não dizer quase impossível (Sousa Ferreira, 1977).

Segundo esse autor, o baixo nível de formação dos professores não foi a única razão do elevado índice de insucesso escolar. Também o ensino exclusivo em língua portuguesa desde o curso pré-primário (infantil), e não em língua materna, explicaria boa parte desse insucesso.

Conforme aludido anteriormente, as possibilidades do sucesso ou fracasso escolar relacionam-se tanto ao código sociolinguístico do

contexto social a que pertence o aluno quanto ao código sociolinguístico dominante na instituição escolar. Por isso, as crianças africanas, especialmente as da classe trabalhadora, que não dominavam a língua portuguesa como código linguístico dominante na escola, estavam mais sujeitas ao insucesso do que as crianças portuguesas e da classe média africana.

Em Cabo Verde, à semelhança do que acontecia nas outras colônias, conviviam dois sistemas de ensino: o sistema religioso/missionário e o sistema formal ou estatal, embora, muitas vezes, esses dois sistemas fossem cúmplices e se complementassem.

Neves (2001, p. 40), em sua dissertação de mestrado em estudos africanos, refere-se ao papel desempenhado pelas missões religiosas em Cabo Verde: “Durante muito tempo, as missões religiosas constituíram as únicas instituições de ensino existentes no arquipélago e, após a instalação das colônias oficiais, elas continuaram com a mesma determinação e o mesmo espírito da missão, ao lado destas”.

A Igreja, sobretudo a católica, mesmo depois da instituição oficial do ensino no país, continuaria atuante, pois o Estado era consciente da importância das missões religiosas enquanto agentes “civilizadores”, principalmente no meio rural onde ele tinha presença limitada.

Segundo António Carreira (1977), citado por Andrade (1996, p. 61), “o início do ensino em Cabo Verde remonta à segunda década do século XVI, no momento da instituição da Diocese de Ribeira Grande”, onde, para além do objetivo de ensinar a doutrina cristã, as missões religiosas ensinavam a população a ler e a escrever.

Não obstante, Andrade (1996) considera que essa modalidade de ensino não teve impacto expressivo na população cabo-verdiana porque não era sistemática e nem propagada. Segundo a autora, o ensino oficial ocorreu apenas na segunda metade do século XIX.

Para Sena Barcelos (1899), citado por Pinto, Duarte e Carvalho (1996), as primeiras escolas oficiais/ públicas surgiram na seguinte ordem cronológica: em 1834/35, na Brava; em 1836/38, em Santo Antão; em 1839, na Boavista; em 1840, no Fogo; em 1841, em São Nicolau; em 1842, na Praia e, em 1843, no Maio.

Brito Semedo (2006), ao analisar o desenvolvimento da instrução em Cabo Verde, divide-o em três períodos:

a) período de ausência de instrução pública (1460-1817);

b) período dos esforços para a implantação da instrução pública (1817-1845);

c) período de regularização ou regulamentação da instrução pública (1845-1910).

No primeiro período, predominou a educação religiosa, à qual fizemos menção anteriormente; no segundo período, foram implantadas algumas escolas e, no terceiro, foram lançados “os fundamentos e implementada a Instrução Pública em Cabo Verde, integrando esta a Instrução Primária e o ensino Liceal e Eclesiástico” (Brito Semedo, p. 110).

Quanto ao sistema religioso/missionário, destacaram-se duas instituições em Cabo Verde: o Seminário-Liceu fundado em 1866, em São Nicolau, e o Seminário Diocesano de São José, inaugurado em 1957, na cidade da Praia – Ilha de Santiago.

Durante meio século, o Seminário-Liceu de São Nicolau foi o único estabelecimento de ensino secundário em Cabo Verde (1866 a 1917), cujo ensino foi estruturado em um curso geral dividido em estudos preparatórios e estudos eclesiásticos.

Frequentavam esse seminário dois tipos de alunos: aqueles que se destinavam aos estudos eclesiásticos e aqueles que, mesmo estudando nesse estabelecimento, não tinham como objetivo a vida eclesiástica. Para o primeiro grupo de alunos, o ensino era gratuito, ao passo, que, para o segundo, era necessário pagar “uma prestação módica, mas que seja suficiente para indenizar o cofre do estabelecimento das despesas de sustentação” (Boletim Oficial, 1866).

Apesar de poder receber alunos de todas as ilhas, o número destes era muito reduzido, já que o acesso à educação em Cabo Verde e, em particular, no Seminário-Liceu era fortemente condicionado pela situação sociocultural e econômica dos pais. O fato de o ensino ser pago fazia com que o Seminário-Liceu fosse acessível: “Apenas a um pequeno grupo social com algum poder econômico, contribuindo assim para a reprodução da estratificação social vigente, já que interditava aos menos favorecidos economicamente o acesso à instrução” (Brito Semedo, 2006, p. 117).

Por isso, só uma elite constituída por funcionários da administração colonial, profissionais liberais, proprietários agrícolas e comerciantes tinha condições de mandar seus filhos para prosseguir estudos secundários em São Nicolau ou na Metrópole.

Em razão da situação socioeconômica existente nas ilhas, à maioria da população não restava alternativa a não ser se contentar com a frequência no ensino primário (cujo acesso também era muito limitado) ou colocar os filhos no seminário com o pretexto de que estes seguiriam a via eclesiástica.

Como afirma Lopes (2004, p. IX):

O caráter insular da nossa terra e as precárias condições econômicas do grosso da população tinham como resultado que a frequência do Seminário, em termos dos alunos das outras ilhas, fosse relativamente reduzida, o mais certo com que se podia contar em matéria de estudos escolares era a instrução primária.

O Seminário de São José, surgido um século mais tarde na cidade da Praia, ilha de Santiago, apesar de sua vocação eclesiástica, também era procurado por muitos alunos, principalmente do interior da ilha de Santiago, já que seus pais não tinham condições socioeconômicas para mantê-los no Liceu Domingos Ramos, na cidade da Praia.

É importante frisar que, na época, existiam apenas dois estabelecimentos de ensino secundário no país: o Liceu Nacional em São Vicente e o Liceu Domingos Ramos na cidade da Praia, sendo este, durante várias décadas, o único estabelecimento de ensino secundário na ilha de Santiago¹.

Nesse contexto, a procura do Seminário de São José pelas classes menos favorecidas não tinha necessariamente como finalidade a vocação para a vida eclesiástica. A falta de instituições e as condições socioculturais e econômicas das famílias eram os principais obstáculos para o acesso à educação; por isso, o seminário se apresentava como uma alternativa para o acesso ao ensino secundário por parte da população mais pobre.

Estrutura do sistema educativo no período colonial

Apesar de as primeiras escolas oficiais terem surgido no século XVIII, a primeira reforma educativa implementada em Cabo Verde data de

¹ Fundado em 1866, o Seminário-Liceu de São Nicolau, foi extinto em 1917, sendo substituído pelo Liceu Nacional, localizado em São Vicente, o qual posteriormente passou a se chamar Liceu Gil Eanes.

1917, quando foi aprovado o Plano Orgânico da Instrução Pública (POIP), que integrou os ensinos primário, normal primário, secundário e profissional. Tal Reforma foi motivada, principalmente, pela necessidade de melhorar a instrução pública, satisfazer as aspirações da população e também diminuir a elevada taxa de analfabetos existentes no país².

O **ensino primário** abrangia três graus, nomeadamente, o ensino primário elementar, o ensino primário complementar e o ensino primário superior. Ressalvamos que havia apenas “duas escolas de ensino primário superior, sendo que uma na cidade da Praia e outra na ilha de São Nicolau, no edifício onde funcionava o antigo seminário”.

O **ensino normal primário**, com três anos de duração, tinha como objetivo preparar os professores para as escolas primárias locais. Funcionava na Escola de Ensino Primário Superior de São Nicolau.

O **ensino secundário** era ministrado no Liceu Nacional, cuja sede ficava em São Vicente. Segundo esse diploma, “o curso liceal será uma reprodução exata do curso geral dos liceus metropolitanos, com exclusão do ensino de alemão” (Cabo Verde, 1917).

O **ensino profissional** incluía o ensino da arte marítima, o ensino industrial e o ensino agrícola.

Em 1947, o ensino primário (os três primeiros anos) foi declarado de caráter obrigatório para todas as crianças em idade escolar. Entretanto, na prática, a maioria das crianças não tinha acesso à educação básica, quer pela inexistência ou número reduzido de escolas no país, quer pela situação social e econômica da maioria da população, cuja luta pela sobrevivência fazia parte do contexto quotidiano vivido nas ilhas.

Em 1967, foi criado o ciclo *preparatório do ensino secundário*, resultante da unificação do 1º ciclo do ensino liceal e do ciclo preparatório do ensino técnico.

O *ciclo preparatório* estava estruturado em dois anos de estudos, cujo acesso, restrito a alunos com menos 14 anos de idade, dependia de aprovação no exame do ciclo elementar. Poucas eram as crianças que satisfaziam tais condições: de um lado, a maioria delas entrava tardiamente no sistema de ensino e, de outro, a taxa de reprovação no ensino básico era elevada. Como consequência, houve um aumento na exclusão educativa de um sistema já por si débil e excludente.

² A taxa de analfabetismo variava de 69 a 93%, excepto na ilha de S. Nicolau, onde a taxa de analfabetismo era de 29% (Cabo Verde, 1917).

No decreto-lei nº 47.480 de 2 de Janeiro de 1967, do Ministério da Educação, consta que essa reforma foi resultado da “extensão da escolaridade obrigatória, a que algum tempo se procedeu e que veio, aliás, torná-la particularmente necessária e urgente”. Segundo esse decreto, o ciclo preparatório tinha como finalidade completar e ampliar a formação de base obtida no ciclo elementar do ensino primário e orientar os alunos na escolha dos estudos subsequentes.

Em 1968, com a execução do novo regulamento, ensino primário elementar tornou-se obrigatório e gratuito, de forma que a obrigatoriedade passou a abranger cinco anos.

Acesso à educação

Durante o período colonial, o sistema educativo em Cabo Verde teve uma característica excessivamente seletiva e excludente. O acesso à educação era muito limitado, particularmente nas zonas rurais ou entre as classes sociais com baixo nível de capital cultural e econômico.

Furtado (1997, p. 87), referindo-se ao acesso à educação na primeira metade do século XX, afirma: “poucos tinham acesso ao ensino básico” e que “a situação tende a ficar mais difícil quando se sobe na hierarquia escolar. A instituição escolar, funcionando como um filtro permite o acesso de poucos a posições dominantes na estrutura do ensino”.

Em razão da pouca importância que a metrópole atribuía à educação, o número de escolas e professores no país era muito reduzido, mormente quando comparado ao número de crianças em idade escolar excluídas do sistema de ensino.

Em uma carta datada de 15 de Setembro de 1875, o bispo de Cabo Verde analisa essa situação: “não deixo de reconhecer que muito precisa ainda a dita instrução (pública) para que possa atingir o grau de perfeição, que é mister e muito é para desejar” (Jornal Artiletra, 2004, p. XIII). Para ele, o número reduzido de escolas primárias, a falta de pessoal habilitado para o magistério, as desigualdades e a grande dispersão das escolas existentes expressavam uma situação em que era “muito difícil, senão impossível acesso” à escola para a maioria da população.

Na missiva, ele destaca também a problemática da igualdade de gêneros e, afirmando que a educação do sexo feminino se encontrava muito pouco desenvolvida na maior parte do país, defendia políticas que contribuíssem para a maior inserção das mulheres no sistema educativo. A

necessidade de tornar a instrução elementar obrigatória era outra de suas preocupações.

Em 1889, de acordo com Afonso (2002, p. 120), havia apenas 56 escolas primárias no país, as quais eram frequentadas por cerca de três mil alunos. Em 1934, havia um total de 18 escolas e 82 postos escolares para um total de 7966 alunos.

Quando analisamos a evolução dos indicadores do acesso à educação, observamos que, entre os anos letivos de 1934/35 e 1951/52, houve uma diminuição tanto do número de alunos que frequentavam o ensino básico quanto do de escolas e professores, embora tenha aumentado o número de postos escolares. Nesse período, o número de alunos inscritos no ensino básico diminuiu de 7.966 para 5.884 (Furtado, 1997).

Tal decréscimo, de acordo com Furtado (1997), resultou da diminuição da população em idade de escolaridade obrigatória, a qual, por sua vez, foi relacionada às mortes verificadas na década de quarenta, em razão de secas e epidemias.

Em 1934, havia uma grande desigualdade entre os municípios do país quanto ao acesso à educação básica. Assim, às desigualdades de acesso decorrentes da origem sociocultural e econômica juntam-se as desigualdades decorrentes da região e do meio de procedência.

A relação aluno/professor era em média de 53 alunos, mas havia diferenças significativas entre as ilhas. Por exemplo, na Ilha de São Nicolau, a relação aluno/professor era de 72 alunos e, na ilha do Sal, de 20 alunos.

No ano letivo 1974/75, no ensino básico elementar (1ª a 4ª classes), estavam matriculados 49.004 alunos, ao passo que, no ensino básico complementar (5ª e 6ª classes), estavam matriculados 3.551 alunos. É importante fazer referência ao fato de que a maioria (69%) das crianças estava matriculada nos dois primeiros anos do ensino primário e que apenas 7,2% das crianças estavam matriculados nos dois últimos anos do ensino primário (Instituto Nacional de Estatística, 1981a).

Como mencionamos anteriormente, até a década de cinquenta do século passado, existia no país apenas um único estabelecimento de ensino secundário: o Seminário-Liceu de São Nicolau, fundado em 1866 e extinto em 1917, sendo foi substituído pelo Liceu Nacional de Cabo Verde – Gil Eanes, em S. Vicente.

O primeiro estabelecimento do ensino secundário na ilha de Santiago foi o Liceu Adriano Moreira, atual Liceu Domingos Ramos, inaugurado em 1960.

Reiteramos que, nesse contexto, o acesso ao ensino secundário era fortemente determinado pela situação sociocultural e econômica, sendo, por isso, privilégio do grupo social dominante. Como afirma Furtado (1997, p. 87-88), “somente os estudantes, filhos de famílias abastadas poderiam arcar com as despesas de deslocação e estadia fora da ilha de origem”.

Para uma caracterização geral do acesso à educação no período colonial, bem como para analisar a importância dada pela metrópole ao processo educativo em Cabo Verde, utilizaremos os dados do censo geral da população realizado em 1970 e publicados em 1980.

Em 1970, a taxa de analfabetismo da população de seis anos ou mais era de 59,2%, sendo que a taxa de analfabetismo masculino era de 49,4% e a do feminino, de 67,9%. Na faixa etária entre 10 e 14 anos (idade da escolaridade obrigatória), a taxa de analfabetismo era de 49,5%, o que significa que mais da metade das crianças nesta faixa etária estava excluída do sistema de ensino (Instituto Nacional de Estatística, 1981a).

Analisando a distribuição da população segundo o nível de estudo, constatamos que 84,8% das pessoas tinham no máximo o ensino básico elementar (de três anos de duração), 2,7% tinham o ensino básico complementar e 12,5% tinham diploma de ensino secundário, médio ou superior. De acordo com o censo de 1970, o elevado percentual de pessoas com ensino secundário, médio ou superior é explicado pelo fato de estarem incluídos os efetivos do exército colonial instalados no país e os quadros coloniais da Administração Pública (Instituto Nacional de Estatística, 1981a).

A educação no período pós- independência (1975-1990)

A independência nacional ocorrida em 1975 significou, por um lado, a ruptura com a estrutura social herdada do sistema colonial no nível econômico, político, social e cultural e, por outro, a emergência de uma nova classe dominante, ligada às estruturas do partido governante (PAIGC)³. Este passou a governar o país pelos próximos quinze anos

³ Na época, quem governava era o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), que, em 1980, com o fim da unidade Guiné e Cabo Verde

(1975-1990), sob um regime autoritário e de base monopartidária (Évora, 2001), pois, como afirma Furtado (1998, p. 206) “com as independências, os regimes monopartidários alastraram-se um pouco por todo o continente”, limitando a manifestação e o exercício da expressão da pluralidade social e política.

O novo grupo social, como grupo dominante na estrutura social e detentor do poder político (simbólico), procurou impor o arbítrio cultural dominante, ou seja, procurou tornar-se hegemônico, influenciando assim todo o sistema social.

No aspecto educacional, apesar dos avanços registrados e da educação passar a ser vista pelo novo governo como o *motor* do desenvolvimento, o ensino continuou sendo elitista, seletivo e legitimador da ideologia do grupo dominante. Para a maioria da população, o sistema educativo continuou sendo de difícil acesso, principalmente nos níveis secundário e superior. Segundo Afonso (2002, p. 49), “Desde a independência, as elites africanas usam a sua riqueza e posição para dar uma formação superior aos seus filhos, recebendo subsídios educativos públicos desproporcionais e transmitindo um elevado status de classe entre gerações.”

A limitação do acesso aos diferentes níveis de ensino em razão da idade e dos rendimentos escolares anteriores teve como consequência a exclusão de muitos alunos do sistema de ensino. A suspensão da educação pré-escolar (EPE), a entrada tardia no sistema de ensino, a elevada taxa de reprovação nos primeiros anos do ensino básico (EB) resultaram no aumento da idade da entrada, permanência e conclusão dos diferentes níveis do ensino, sobretudo para as classes desfavorecidas.

No âmbito das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais verificadas após a independência nacional, na linha traçada pelo PAIGC, albergando a nova classe dirigente e o grupo social dominante, o sistema de ensino e as instituições educativas passaram por um conjunto de mudanças, cujo propósito era

formar jovens gerações na concepção científica do mundo, desenvolver capacidades intelectuais, físicas e espirituais do indivíduo..., converter os princípios ideológicos e políticos em convicções pessoais e hábitos de conduta

provocado pelo golpe de estado na Guiné-Bissau, tornou-se Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV).

cívica; formar um homem livre e culto para participar ativamente e conscientemente na construção do país (Cabo Verde, 1977, p. 1).

Nesse sentido, caberia à prática educativa escolar, como forma de imposição da prática cultural dominante, inculcar e legitimar a cultura de uma nova classe política/dirigente surgida após a independência nacional.

Ao novo sistema educativo, às normas e aos processos pedagógicos caberia transmitir as bases para a formação/construção de uma nova ordem social que representasse a ruptura total com a ordem social colonial, cujo sistema de ensino “não era mais do que um prolongamento do sistema português... e tinha como fim último a formação duma mentalidade culturalmente dependente, e a justificação permanente da dominação colonial” (Cabo Verde, 1997, p. 3).

Esse sistema anterior era considerado pela nova classe/grupo dirigente como “altamente seletivo, discriminatório e inadequado às necessidades do país e aos interesses da população” (Cabo Verde, 1982, p. 1).

A primeira proposta da reforma do sistema de ensino pós Independência Nacional surgiu em 1977, ano da realização do primeiro Encontro Nacional de Quadros da Educação em São Vicente. Apesar das críticas ao sistema do ensino colonial e às transformações introduzidas nas diferentes instituições do país (que representariam uma ruptura total com a ordem social colonial), o novo sistema de ensino proposto manteve as mesmas estruturas e práticas pedagógicas do sistema colonial, passando a beneficiar os filhos da nova classe política e dirigente que assumiu o poder após a independência nacional.

O sistema educativo pós-independência não sofreu grandes mudanças e continuou organizado em:

- Ensino pré-primário não obrigatório;
- Ensino básico elementar (EBE) com duração de quatro anos;
- Ensino básico complementar (EBC) com dois anos de duração,
- Ensino secundário com duas vias, uma geral e uma técnica.

Segundo o que consta na Unesco (1985, p. 1), “la structure, une partie du contenu et les méthodes de l’enseignement n’ont pas connu de changements significatifs”⁴.

Com a proposta do novo sistema de ensino, a educação pré-escolar não obrigatória, como subsistema com “caráter oficial e generalizado”, deixou de fazer parte do sistema oficial do ensino⁵. Para essa exclusão/suspensão, o novo governo apresentou como justificativa a falta de professores devidamente preparados e de equipamentos e materiais didáticos e pedagógicos.

Apesar disso, alguns jardins de infância ligados ao Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade continuaram a funcionar nas ilhas de Santiago, São Vicente, São Nicolau, Fogo e Sal, com um total de 490 crianças inscritas.

No novo sistema de ensino, o ensino básico (primário) de caráter obrigatório (pelo menos o EBE) estava dividido em dois níveis: o ensino básico elementar (EBE), com quatro anos de duração, e o ensino básico complementar, com dois anos de duração.

O ensino básico elementar tinha como propósito preparar o aluno para ingressar no ensino secundário. Seu objetivo era “refletir claramente as opções do governo no campo da independência econômica, justiça social, desenvolvimento e progresso em geral” (Cabo Verde, 1977, p. 10).

A idade mínima para o ingresso no ensino básico elementar era de sete anos e a máxima, de nove anos; para o ensino básico complementar, a idade de ingresso era de dez anos e treze anos, respectivamente.

O ensino secundário geral estava dividido em dois níveis: ensino secundário geral, com três anos de duração, e ensino secundário complementar, com dois anos de duração. Tinha como objetivos: preparar o aluno para a formação profissional ou para o prosseguimento nos estudos; prepará-lo para integrar-se na comunidade e para o desenvolvimento da sua capacidade de comunicação;

Quanto ao ensino secundário complementar, seus objetivos eram desenvolver no aluno o espírito de investigação científica, de especialização, criar condições para que ele continuasse os estudos

⁴ “ A estrutura, uma parte de conteúdos e de metodologia de ensino não sofreram mudanças significativas”.

⁵ O ensino pré-escolar foi suspenso em 1977 e só voltou a fazer parte do sistema formal de ensino com o decreto-lei 103/III/1990.

universitários ou de formação profissional e desenvolver sua capacidade para analisar os dados sociais, econômicos e culturais.

O acesso ao ensino secundário era limitado pela idade: para o ensino secundário geral, a idade mínima era de treze anos e a máxima, de dezesseis anos; para o ensino secundário complementar, a idade mínima de quinze anos e máxima de dezessete.

Também faziam parte do sistema de ensino, a educação técnica e profissional, a escola de formação de professores e a educação de adultos.

A educação técnica e profissional tinha “a seu cargo a formação de operários qualificados e especialistas de nível médio para satisfazer as necessidades dos vários departamentos e serviços do país” (Cabo Verde, 1977, p. 45).

Quanto à formação dos docentes, a nova estrutura de formação de professores implementada passou a preparar tanto os professores do ensino básico elementar (1ª a 4ª classes) e educadores de infância quanto os professores do ensino básico complementar (5ª e 6ª classes).

Para a educação de adultos, previam-se duas fases: na primeira, a alfabetização e a pós – alfabetização; na segunda, a formação profissional, cujo objetivo era a qualificação técnica dos trabalhadores.

A educação na constituição de 1980

A primeira Constituição de Cabo Verde após a independência nacional data de 1980, tendo como fundamento as experiências resultantes do “exercício efetivo do poder desde o dia da independência” que “proporcionou ao povo cabo-verdiano viver ricas experiências e colher úteis ensinamentos e permitiu-lhes lançar as bases fundamentais da edificação de uma sociedade justa, livre e fraterna” (Cabo Verde, 1980).

Fundamentou-se também no pensamento de Amílcar Cabral⁶ e nos objetivos do PAIGC, que, exercitando sua “missão histórica”, assumiu o papel de dirigente do país.

Nesse contexto, a referida Constituição procurou romper com o marco jurídico colonial e instituir um novo sistema jurídico, político, econômico e social que fosse ao encontro das aspirações da nova ordem social emanada com a Independência Nacional.

⁶ Amílcar Cabral, líder do movimento da luta pela libertação da Guiné e Cabo Verde e fundador do PAIGC, foi assassinado em 1973.

Apesar de afirmar a importância da educação para a nova classe dirigente, a Constituição de 1980 dedicou apenas alguns artigos ao sistema educativo. Tais referências encontram-se nos artigos 15, alínea 1 e 2; art. 44, alínea 1 e 2.

Segundo o que consta no art. 15, a educação tinha como missão a formação integral do homem, devendo “manter-se estreitamente ligada ao trabalho produtivo, proporcionar a aquisição de qualificações, conhecimentos e valores que permitem ao cidadão inserir na comunidade e contribuir para o seu incessante progresso” (Cabo Verde, 1980, p. 1).

Ou seja, a educação era vista como instrumento capaz de promover o desenvolvimento socioeconómico e cultural e de facilitar a integração dos indivíduos na sociedade.

No art. 44, consta que a educação é um direito e um dever de todo cidadão, cabendo ao estado promover a gratuidade e a igualdade de possibilidades de acesso aos diversos níveis de ensino. Entretanto, como um número expressivo de crianças em idade escolar estava excluído do sistema educativo, o princípio da gratuidade e da igualdade de oportunidades de acesso não se concretizou na prática. Isso pode ser explicado em grande parte pela situação sociocultural e económica das famílias e pela falta de estabelecimentos de ensino e de professores com formação pedagógica.

Acesso à educação

Neste item, a análise dos principais indicadores da educação no período 1975-1990 será limitada ao tema do acesso aos diferentes níveis de ensino.

Entre os anos letivos de 1974/75 e 1988/89, os dados estatísticos são: no ensino básico elementar, o número de alunos matriculados passou de 49.004 para 53.265; no ensino básico complementar, esse número passou de 3.551 para 12.514; no ensino secundário, o número passou de 1.430 para 5.815 no ensino secundário geral e de 337 para 875 no ensino secundário complementar; no ensino técnico, o número passou de 346 para 562 alunos (Cabo Verde, 1980, 1986, 1989).

Quanto ao acesso à educação em função do gênero, entre o ano letivo 1984/85 e 1988/89 as alunas eram maioria no ensino básico. Entretanto, no ensino secundário geral houve um decréscimo significativo no número das alunas matriculadas. Se, no ano letivo 1984/85, elas representavam um 44,8% do total dos alunos matriculados no ensino

secundário geral, em 1988/89, passaram a representar apenas um 26% do total (Cabo Verde, 1980, 1989).

Quanto á distribuição dos alunos pelos diferentes níveis do sistema educativo, observamos que, entre os anos letivos de 1973/74 e 1984/85, houve uma ligeira melhoria no acesso ao ensino básico complementar e ao ensino secundário geral, o que pode ser considerado como resultado das reformas ocorridas após a Independência Nacional. Entretanto, o acesso ao sistema de ensino secundário e superior continuava ainda muito limitado e excludente, pois, em 1984/85, 77,8% dos alunos estavam matriculados no ensino básico elementar, 14,5%, no ensino básico complementar, 5,3%, no ensino secundário geral, 1,4%, no ensino secundário complementar e apenas 0,8%, no ensino técnico-profissional.

Concluimos, portanto, que apesar de alguns progressos registrados, o acesso a níveis mais elevados do sistema de ensino cabo-verdiano continuava ainda limitado e desigual, o que se explica pela falta de infraestrutura na maioria dos municípios, pela situação sociocultural e econômica das famílias e pela elevada taxa de reprovação e abandono escolar (Furtado, 1997).

Outro indicador a ser considerado na análise do acesso à educação refere-se às taxas bruta e líquida de escolarização.

Quanto aos anos letivos de 1979/80 e 1988/89, os dados reproduzidos no II Plano Nacional de Desenvolvimento mostram: no ensino básico elementar, a taxa líquida de escolarização aumentou de 82,3%, para 93,7%; no ensino básico complementar, a taxa passou de 11,4% para 32%; no ensino secundário geral, aumentou de 4,2% para 13,0%; no ensino secundário complementar, aumentou de 0,8% para 1,8%.

Considerando os anos letivos de 1988/89 e 1989/90, a percentagem de alunos que entrava no ensino básico elementar e conseguia concluí-lo com êxito, de forma a transitar para o ensino básico complementar, aumentou de 50,5%, para 67,69%. Ou seja, em um período de dez anos, o número de alunos com acesso ao ensino básico complementar aumentou em aproximadamente 17% (Cabo Verde, 1990).

Quanto à evolução da rede escolar, podemos afirmar que foi lenta, apesar da pressão exercida pelo aumento do número dos alunos em idade escolar. Por exemplo, no ensino básico complementar, entre 1979/80 e 1989/90, não foi construído nenhum estabelecimento de ensino. No ensino secundário, o número subiu de três (dois liceus mais um polo) para cinco (5) estabelecimentos de ensino, no mesmo período. Apesar disso, o

número das salas de aulas disponíveis aumentou em todos os níveis, por meio de aluguéis ou da construção de mais salas de aula. Ainda assim, a prática do trespasse de salas por falta de instalações continuou a fazer parte da realidade educativa (Cabo Verde, 1980, 1986).

Da análise dessas informações resultam duas leituras: primeira, que a grande maioria das crianças em idade escolar não tinha acesso ao ensino básico; segunda, que muitos abandonavam a escola antes de terminar os estudos primários (EB).

Educação no período de transição democrática (1990-2005)

A educação na LGSE: Lei 103/III/90

Depois de quinze anos do governo de PAIGC/CV e de um sistema monopartidário e autoritário, iniciou-se em 1990 o processo de transição para um regime multipartidário e democrático. Por isso, quando falamos do período de transição democrática, estamos nos referindo ao processo iniciado com a abertura política nos finais da década de 1990. Esse processo passou pela realização das primeiras eleições multipartidárias em 13 de Janeiro de 1991⁷, pela Constituição de 1992, na qual se garantia os direitos dos cidadãos, e, incluindo toda a década de 1990, “se arrastou ainda pelos primeiros anos do século XXI” (Lopes Ferreira, 2004, p. 2), quando o PAICV retornou ao poder, depois de ganhar as eleições de 2001. As mudanças ocorridas no nível político durante esse período foram acompanhadas por transformações no nível econômico - passou-se de uma economia centralizada para uma economia de mercado - e nos níveis social e cultural. Foram acompanhadas também por mudanças educacionais, das quais a mais importante foi a introduzida pela nova Lei Geral do Sistema Educativo (LGSE), elaborada nos finais da década de oitenta e aprovada em 29 de Dezembro de 1990.

No decreto-lei n.103/III/90 de 29 de Dezembro a respeito da organização e do funcionamento do sistema educativo, consta que o novo sistema abrange o ensino público e o ensino privado. A coordenação e a supervisão da política educativa e do respectivo sistema são de competência do Ministério da Educação.

⁷

As eleições de 1991 foram vencidas pelo partido da oposição Movimento para a Democracia (MPD), que governaria o país durante 10 anos: de 1991 a 2001.

Segundo esse decreto-lei, todo cidadão tem o direito e o dever do acesso à educação, cabendo ao estado promover, progressivamente, essa possibilidade de acesso a todos os alunos e dos diversos níveis de ensino.

Com a mencionada lei, o sistema de ensino passou a estar estruturado em:

- **Educação pré-escolar**, que procura integrar o papel da família com o da escola no processo de socialização primária do indivíduo. Podem frequentar esta modalidade de ensino crianças com idade entre três e seis anos, que é a idade para a entrada no ensino básico para as crianças que freqüentaram o ensino pré-escolar. Embora a fase da pré-escola não seja obrigatória e esteja sob a responsabilidade das autarquias locais e entidades públicas, é função do Estado definir as orientações e as políticas gerais desse ensino, bem como participar nos custos e na formação dos educadores e monitores de infância.

- **ensino básico**, cuja finalidade é “proporcionar a todos os caboverdianos os instrumentos fundamentais para integração social e contribuir para uma completa percepção de si mesmo como pessoas e cidadão” (Cabo Verde, 1990, art. 16). Essa fase do ensino é obrigatória e universal, devendo ser frequentada por crianças com idades compreendidas entre os sete (seis para aqueles que frequentaram a educação pré-escolar) e os doze anos. Quanto à estrutura, abrange um total de seis anos de escolaridade, organizados em três fases, cada uma com dois anos de duração.

- **ensino secundário**, que dá continuidade ao ensino básico, caracterizando-se pelo desenvolvimento dos conhecimentos e aptidões obtidas no ensino básico e, ao mesmo tempo, pela oferta das bases científicas, tecnológicas e culturais. Com a nova Lei, passou a ter uma duração de seis anos, divididos em três ciclos de dois anos cada. O primeiro ciclo ou *tronco comum* compreende o 7º e o 8º anos de escolaridade e corresponde ao objetivo de aumentar o nível de conhecimento dos alunos, além de oferecer-lhes orientação escolar e vocacional; no segundo ciclo, que compreende o 9º e o 10º anos, o aluno pode optar por uma via geral, que deve prepará-lo para o ensino universitário, ou por uma via técnica, que deve prepará-lo para o ensino politécnico e/ou para o mercado de trabalho; o terceiro ciclo, que compreende o 11º e o 12º anos, está dividido em uma via geral e uma via técnica: a via geral está subdividida em três áreas: humanística, econômica e social; a outra seria a científico-tecnológica.

- **ensino médio**, de caráter profissionalizante, visa a formação de quadros médios em diferentes domínios específicos do conhecimento. Com uma duração mínima de três anos, nele podem ingressar “os estudantes que possuam 10º ano de escolaridade via geral ou via técnica” e os que possuem o 12º ano. Estes podem apenas cumprir mais um ano de escolaridade, dependendo da especificidade de cada curso. Para a aquisição de um certificado de curso médio, é obrigatória a realização de um estágio profissional.

- **ensino superior**, constituído pelo ensino universitário e pelo ensino politécnico, tem como objetivo garantir uma formação científica e cultural que proporcione aos alunos uma formação técnica que os habilite ao exercício de uma atividade profissional e também que desenvolva neles a capacidade de inovação, de análise crítica e de investigação.

- **educação especial** destina-se às crianças e jovens portadores de necessidades educativas especiais. Tem como principais objetivos promover a integração socioeducativa dessas crianças por meio do desenvolvimento de suas capacidades, apoiar e oferecer informação às famílias e também criar condições e espaços que ajudem as crianças a diminuir suas limitações e potencializar suas capacidades.

- **ensino a distância** é uma modalidade de ensino que recorre aos meios de comunicação e às tecnologias, principalmente o rádio, a televisão e a internet, para promover a educação complementar ou alternativa ao ensino formal. Tem como finalidade complementar o ensino presencial e a formação contínua dos professores.

- **educação extraescolar**, que está dividida em educação básica de adultos, abrangendo a alfabetização e a pós-alfabetização, e aprendizagem e ações de formação profissional na perspectiva de capacitação para o exercício de uma profissão. Tem como objetivos eliminar o analfabetismo, promover a formação técnica dos trabalhadores por meio cursos periódicos e dar prioridade educativa às pessoas que nunca frequentaram ou que abandonaram a escola.

A educação básica de adultos está organizada em três fases: a primeira destina-se aos indivíduos de 15 anos ou mais, independentemente de terem frequentado ou não algum estabelecimento de ensino, com a finalidade de ensinar os alfabetizados a ler, escrever, calcular e interpretar; a segunda procura reforçar as capacidades de leitura, escrita e cálculos adquiridas na primeira; a terceira tem por objetivo aprofundar os conhecimentos adquiridos nas duas fases anteriores. Essa modalidade é

geralmente desenvolvida em articulação com o sistema normal de ensino. Ao final, atribui-se ao alfabetizado um diploma equivalente ao do ensino básico obrigatório, oferecendo-lhe a possibilidade de frequentar o ensino secundário.

A educação na Constituição de 1992

A Constituição cabo-verdiana de 1992 é o instrumento jurídico que fundamenta o direito dos cidadãos à educação, a formulação de uma política educativa democrática e a definição de uma administração e de um sistema de ensino com base nas especificidades e condições do país.

Segundo a referida constituição, sendo a educação um dos direitos fundamentais e básicos do cidadão, cabe ao Estado “fomentar o ensino, a cultura, a investigação científica, a divulgação das novas tecnologias e a difusão da cultura cabo-verdiana no mundo” (Cabo Verde, 1992, art. 7º). O artigo 49 (alínea a) estabelece que todo cidadão tem liberdade para escolher os estabelecimentos de ensino, a educação, o tipo e o ramo de formação a frequentar e sem qualquer tipo de discriminação. O artigo 73 define como um dos deveres do estado assegurar o ensino básico obrigatório, universal e gratuito.

Para Afonso (2002, p. 152), a década de noventa foi marcada pela “procura de democratização do acesso à educação, a sua expansão e extensão, bem como a melhoria do ensino”. De fato, uma das grandes conquistas do sistema de ensino cabo-verdiano entre 1990 e 2005 foi a notável expansão do acesso à educação, expressa no aumento do número de matrículas no ensino primário e secundário.

De 1990/91 a 1999/00, no ensino básico, o número de alunos matriculados aumentaria de 69 821 para 91 636 alunos, decrescendo, no ano letivo 2004/05, para 82 985 alunos, por influência da queda na taxa de natalidade.

No ano letivo 2004/2005, no ensino secundário, o número de alunos matriculados atingiria 51.957.

Apesar de, na Constituição de 1992, constar a garantia de mais oportunidades de acesso ao sistema educativo, na prática muitas crianças em idade de escolaridade obrigatória não tinham esse acesso, o que demonstra que a igualdade de oportunidades de acesso legal/jurídico não foi acompanhada de uma igualdade de oportunidades de fato.

Outro aspecto importante introduzido na Constituição de 1992 é o da coparticipação das comunidades, famílias, grupos sociais e indivíduos no processo educativo. A esses setores sociais era reservada a liberdade de criar escolas e estabelecimentos de ensino, ou seja, instituía-se a possibilidade da criação das escolas privadas. Isso teria impacto no aumento dos estabelecimentos de ensino privado, principalmente do ensino secundário. Todavia, continuaram as reclamações quanto à falta de apoio e cooperação do Estado, particularmente para a formação dos docentes, o apoio pedagógico e a coparticipação nos custos de funcionamento. O art. 74 (alínea 1) anuncia que é função do estado promover “uma política que visa a progressiva eliminação do analfabetismo, a educação permanente...” (art. 74,1) e ao mesmo tempo “garantir aos alunos de fracos recursos económicos o acesso aos diversos graus de ensino e promover uma política de atribuição de bolsas de estudos e de auxílio material fundada na capacidade e no mérito pessoal (Cabo Verde, 1992, art. 74, 2).

Acesso à educação

No período de transição democrática, em virtude do maior compromisso e de mais investimentos na expansão da rede escolar e na formação dos professores, o acesso à educação aumentou significativamente em todos os níveis de ensino e em todas as regiões do país.

Na educação pré-escolar, entre 1990/91 e 2002/03, a taxa de cobertura aumentou de 17% (138 centros de educação infantil) para 56% (419 centros de educação infantil) (Cabo Verde, 2006).

No ensino básico, no mesmo período, o número de salas de aula passou de 1.153 para 1.798. No ensino secundário, o número de salas de aula passou de 138, em 1990/91, para 654 salas de aulas, em 2000/01.

Quanto ao número de professores, na educação infantil, entre 1990/91 e 2002/03, esse número aumentou de 238 para 818; no ensino básico, de 1.807 professores (54% sem formação) passou-se para 3.170 (31% sem formação) e, no ensino secundário, o número passou de 364 professores (63,7% com formação) para 2 091 (61,6% com formação).

Apesar das melhorias detectadas, por razões de origem social, região e gênero, o sistema educativo cabo-verdiano continuou evidenciando desigualdades de acesso. Estas desigualdades aparecem de forma mais expressiva na transição do ensino básico para o ensino secundário, nos

dois últimos ciclos do ensino secundário e, sobretudo, nos resultados educativos dos alunos, expressos na taxa de reprovação e de abandono escolar. Segundo os dados do anuário estatístico 2004/05, essas taxas têm aumentado nos últimos anos: é cada vez maior o número de alunos que não consegue atingir os objetivos mínimos determinados nos planos curriculares, quer no ensino básico quer no secundário⁸.

Também podemos analisar o acesso à educação com base na taxa de analfabetismo e no nível de educação da população de quatro anos ou mais. Neste sentido, de acordo com os dados do Censo 2000, a taxa de analfabetismo era de 25%, quando em 1990 era de 38%. Da população analfabeta, 33% eram mulheres e 17%, homens. Os municípios com maior taxa de analfabetismo foram Paul, Porto Novo, Tarrafal, Santa Catarina, Santa Cruz, São Miguel, Mosteiros, todos com taxas superiores a 30%.

No que se refere ao nível de instrução da população a partir de quatro anos, 17% não tinham nenhum nível de instrução, 4% tinham o pré-escolar, 3%, a alfabetização, 56%, o ensino básico, 19%, o ensino secundário e 1,5%, o ensino médio ou superior (Instituto Nacional de Estatística, 2000). Também é importante esclarecer que 11% das crianças na faixa etária entre os seis e nove anos não frequentavam nenhum estabelecimento de ensino.

Considerações Finais

Numerosos estudos realizados em diferentes países apresentaram conclusões variadas sobre os fatores que influenciam as políticas educativas, o acesso à educação e os resultados educativos. Entre esses estudos, encontra-se a perspectiva de que a educação deve ser compreendida e analisada com base em sua relação dinâmica com a estrutura social. Em nosso estudo, compreendemos que o contexto social, econômico e político do país em cada um dos períodos analisados condicionou, por um lado, as políticas educativas definidas e introduzidas e, por outro, o acesso aos diferentes níveis de ensino, assim como os resultados alcançados por aqueles que tiveram acesso à educação.

No período colonial, a educação desempenhou um papel importante no processo de “imposição” e “legitimação” da cultura dominante da metrópole e da classe dominante, correspondendo a um sistema seletivo,

⁸ Ver Da Moura (2009).

elitista e desigual que dificultava que a maioria da população tivesse acesso à educação.

No período pós-independência, apesar de o objetivo principal do regime ser, por um lado, a ruptura com o sistema educativo do período colonial e, por outro, melhorar as condições de acesso aos diferentes níveis de ensino, na prática as desigualdades no acesso à educação persistiram e o sistema educativo continuou a beneficiar as classes mais favorecidas, com a diferença de que a antiga elite colonial foi substituída pela classe política dirigente emergente.

Com o processo de transição iniciado em 1990, surgiu uma nova ordem política, económica e social, marcada pelo processo de democratização de todas as instituições do país. Neste contexto, o acesso à educação e a igualdade de oportunidades constituem objetivos principais das políticas educativas.

Por último, constatamos que, apesar dos esforços realizados nas últimas três décadas, da diminuição da taxa de analfabetismo, da melhoria do acesso à educação e do aumento do número de professores com formação pedagógica, continuam existindo desigualdades sociais e regionais importantes, as quais se expressam nas taxas de acesso e de permanência na escola bem como nos resultados educativos dos alunos.

Referências

Afonso, M. (2002). *Educação e classes sociais em Cabo Verde*. Debates. Praia: Spleen África.

Andrade, E. S. (1996). *As Ilhas de Cabo Verde da 'descoberta' à independência nacional (1460-1975)*. Paris: L'Harmattan.

Brito-Semedo, M. (2006). *A construção da identidade nacional: análise da imprensa entre 1877 a 1975*. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

Cabo Verde (1980). Assembleia Nacional. *Constituição de 1980*. Praia.

Cabo Verde (1992). Assembleia Nacional. *Constituição de 1992*. Praia.

Cabo Verde (1917). Ministério das Colónias. *Plano Orgânico da Instrução Pública (POIP)*. Diário do Governo, nº 173 de 8 de Outubro de 1917 (p. 1019-1023). Lisboa. I Série.

Cabo Verde (1982). Ministério das Finanças. *I Plano Nacional de Desenvolvimento*. Praia.

Cabo Verde (1986). Ministério das Finanças. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Praia.

Cabo Verde (1980). Ministério da Educação. *Anuário estadístico 1978/79: Estatística de educação*. Praia: Gabinete de Estudos e Planeamento.

Cabo Verde (1990). Ministério da Educação. *Lei de Base do Sistema Educativo*. Boletim Oficial da República de Cabo Verde nº 103 de 4 de Agosto de 1990, Praia. I Série.

Cabo Verde (1989). Ministério da Educação. *Indicadores de educação 1988/89*. Praia: GEP.

Cabo Verde (2005). Ministério da Educação. *Principais Indicadores de educação 2000/01*. Praia: GEP.

Cabo Verde (2005). Ministério da Educação. *Anuário estatístico 2003/04*. Praia: GEP.

Cabo Verde (2006). Ministério da Educação. *Anuário estatístico 2004/05*. Praia: GEP.

Cabo Verde (1977). Ministério da Educação. *Encontro nacional de quadros da educação: O novo sistema de ensino*. Praia.

Cabo Verde (1967). Ministério da Educação Nacional. *Decreto-lei 47/480*. Diário do Governo, nº 47 480 de 2 de Janeiro de 1967 (p. 1- 4). Lisboa. I Série.

Moura, A. F. (2009). *Eficácia social (qualidade e equidade) do sistema educativo em Cabo Verde* (Tese de Doutoramento). Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

Evora, R. (2001). *A abertura política e o processo de transição democrática em Cabo Verde* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

Ferreira, M. F., & Zanene, E. M. (1996). Políticas educacionais: colonização e independência (caso de Angola). In A. Nóvoa, M. Depaepe, E. V. Johanningmeir, & Arango, D. S. *Para uma história da educação*

colonial (p. 275-286). Lisboa; Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação. (Col. Educa).

Furtado, C. (1997). *Gênese e (re) produção da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: ICL.

Furtado, C. (1997/1998). Democracia em África: possibilidades e limites. *Revista de centros de estudos africanos*. (20-21), 199-227.

Guimarães, J. M. (2006). *A política 'educativa' do colonialismo português em África: da I República ao Estado Novo (1919-1974)*. Porto: Profedições.

Instituto Nacional de Estatística (1981a). *Censo 70*. Praia: INE.

Instituto Nacional de Estatística (1981b). *Censo 80*. Praia: INE.

Instituto Nacional de Estatística (2000). *Censo 2000*. Praia: INE.

Jornal Artiletra (2004, Outubro). Praia, (59/60), II-XIII.

Lerena, C. (1986). *Escuela, ideología y clases sociales en España*. Barcelona: Ariel.

Lopes, B. (2004, Outubro). Seminário Liceu de S. Nicolau. *Jornal-Revista de Educação, Ciência e Cultura* Artiletra, Praia, (59-60), IX-XI.

Lopes Ferreira, I. (2004). Mal-estar em tempo de transição: jornalistas e governantes em Cabo Verde, 1991-1998. *Revue Lusotopie*, 295-313.

Margarido, A. (1971). Église catholique en Afrique Portugaise. *Revue Française d'Etudes Politiques Africaines*, (61), 87-112.

Mateus, D. C. (1999). *A luta pela independência: a formação das elites fundadoras da Frelimo, MPLA e PAIGC*. Portugal: Inquérito.

Neves, B. S. (2001). *Para a história do ensino em Cabo Verde: o caso do seminário-liceu de São Nicolau* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto, Porto.

Nóvoa, A., Depaepe, M., Johanningmeir, E. V., & Arango, D. S. (Eds.). (1986). *Para uma história da educação colonial*. Porto; Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências de Educação. (Col. Educa).

Pinto, E., Duarte, C., & Carvalho, D. (1996, Novembro). *Estudo nacional de perspectivas a longo prazo 'Cabo Verde 2020': II Fase – Construção da base de estudos*. Praia: Equipa técnica NLTPS.

Santisteban, A. V. (2004). *Educación y desarrollo. Problemas del tercer mundo*. Madrid: Editorial Uned.

Sousa Ferreira, E. (1977). *África Austral, o passado e o futuro: análise de economia e política sobre as ex-colónias portuguesas, África do Sul e Namíbia* (2a ed.). Lisboa: Seara Nova.

Tolentino, C. (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Unesco (1985). *Cap Vert enseignement et formation*. Praia: Unesco.

Vara Coomonte, V. (1999). Condições sócio-estruturais da escola. In N. S. C. Ferreira (Org.), *Supervisão educacional para uma escola de qualidade: da formação à ação*. São Paulo: Cortez.

Vara Coomonte, V. (2004). Sociología de la educación. In C. A. Alonso, J. A. B. Llera & J. L. C. Casado, *Enciclopedia de pedagogía*. Madrid: Editorial Espasa.

Endereço para correspondência:

Alcides Fernandes da Moura

Avenida Santiago, nº72, 5ºB

A Estrada, Pontevedra, 36680

Espanha

E-mail: alcides.fernandes@usc.es

Submetido em: 04/04/2014

Aprovado em: 15/10/2015

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.
--